

Fronteiras

Nova política de fronteiras está em vias de ser adotada pelo governo. É providência há muito ditada pelas anacrônicas diretrizes em vigor, resíduos legislativos oriundos da Constituição de 1934. O sistema assistencialista criado em 1955 em favor dos municípios distantes até 150 quilômetros das divisas internacionais mostra-se hoje velho e inepto como um mamute. E o projeto Calha Norte, colocado em ação a partir de 1985, necessita de urgente reformulação para cobrir também as faixas lindeiras da Amazônia Ocidental.

Ergue-se sobre o quadro nada animador da realidade objetiva a disposição governamental de definir e aplicar nova linha de ação legal para o gerenciamento das áreas limítrofes. O Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (Pafmufaf), em vigor, opera efeitos contrários aos objetivos para os quais foi instituído. Na atualidade serve apenas como sustentáculo de orçamentos municipais deficitários. Não gera ação política capaz de promover o desenvolvimento dos espaços fronteiriços.

Já o projeto Calha Norte não tem jurisdição sobre o sul do Amazonas, a partir do Rio Javari, e deixa de fora, também, a totalidade do Estado do Acre. Ora, ocorrem nas linhas divisórias que separam tal região do Peru e da Bolívia, numa extensão de mais de 2.500 quilômetros, os maiores desafios à soberania nacional. São corredores por onde ingressam no Brasil quantidades colossais de mercadorias

contrabandeadas. E funcionam, também, como imenso portal para o trânsito ousado dos narcotraficantes.

Os atuais mecanismos para controle e desenvolvimento dos tratos geográficos nas vizinhanças de outras nações cultivam conceitos prosaicos, para não dizer provectoros. Consagram valores desajustados de um mundo reduzido às dimensões de uma aldeia pelas conquistas tecnológicas, conforme há tempos registravam as teorias do canadense Marshall McLuhan. São do tempo em que, no Sul, se concebiam os vínculos terrestres com o exterior como áreas de rivalidade. E, no Norte, como extensões apenas necessitadas de povoamento.

O diagnóstico ainda comporta considerar que o mapeamento político da Amazônia brasileira não é confiável. Há muitos mapas cartográficos que ignoram vilas, municípios, áreas indígenas e usam escalas erradas. E note-se que o vastíssimo território amazônico confina com a Venezuela, Colômbia e Peru por mais de 6.100 quilômetros.

Parece, pois, indiscutível a necessidade de elaborar nova doutrina para a política de fronteiras, conforme o interesse já manifestado pelo governo. Algo que possa estabelecer não apenas princípios, mas definições claras das ações a serem desenvolvidas e assegurar a apropriação de recursos financeiros adequados.

Afinal, a questão é vital para a sustentar a soberania brasileira e bloquear o acesso ao país de atividades criminosas, a primeira delas o narcotráfico.